FOTO: DIVULGAÇÃO

ATO SIMBÓLICO DE ENTREGA DOS RECURSOS

DE TANGARÁ DA SERRA

PRODUTORES RURAIS RECEBEM PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA BACIA DO QUEIMA PÉ

FABÍOLA TORMES HOMSI / REDAÇÃO DS

Em um evento realizado no início desta semana, produtores rurais de Tangará da Serra foram contemplados com o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), no valor total de R$ 35 mil. A iniciativa faz parte do programa 'Produtores de Águas de Tangará da Serra', voltado à preservação e recuperação ambiental da Bacia do Queima Pé.

O ato simbólico de entrega dos recursos reuniu autoridades locais e produtores, e marcou uma nova etapa de reconhecimento ao esforço desses agricultores que, por meio de práticas sustentáveis, contribuem diretamente para a proteção das margens de córregos, reservas legais e vegetação nativa.

"Foi um evento de homenagem a esses produtores pelo trabalho de cuidar das nossas reservas legais e de toda a vegetação. Nosso agradecimento a todos os produtores do Queima Pé que aderiram a este projeto e estão ajudando Tangará da Serra a enfrentar o desafio da falta de água", agradeceu o secretário municipal de Meio Ambiente, Vinicius Lançone, ao destacar que o ato marca o mês do Meio Ambiente.

> ***ESSAS MEDIDAS ESTÃO GARANTINDO MAIOR SEGURANÇA HÍDRICA PARA TANGARÁ***

O município vem investindo em outras ações integradas, como melhorias estruturais na estação de tratamento de água, adequação de estradas vicinais, entre outras ações, reforçando o compromisso com a conservação dos recursos hídricos locais. "Essas medidas estão garantindo maior segurança hídrica para Tangará da Serra, e ficamos felizes em promover esse ato no mês em que se celebra o Meio Ambiente", completou Lançone.

Bacia do Ararão – Aproveitando o sucesso da iniciativa na Bacia do Queima Pé, Lançone lembra que o programa está sendo realizado também na Bacia do Córrego Ararão. O edital para adesão já está aberto e os produtores rurais interessados podem procurar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para realizar seu cadastro. "O produtor que aderir poderá acessar recursos e realizar diversos investimentos, movimentando a economia local. Não se trata apenas de um pagamento simbólico, mas da criação de um ecossistema sustentável e promissor para a sociedade e o entorno", ressaltou o secretário.

O edital para a Bacia do Queima Pé também permanece aberto, permitindo novas adesões a qualquer momento.

FOTO: SEMA-MT

REUNIÃO REALIZADA NESTA SEMANA, EM BRASÍLIA

NO CONSELHO NACIONAL

MT defende distinção entre desmatamento ilegal e abertura autorizada de áreas

CLENIA GORETH / SEMA-MT

O Governo de Mato Grosso defendeu na última quarta-feira, 11, a aprovação de uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que garante mais transparência e publicidade das informações relacionadas à emissão de autorizações para abertura legal de áreas em imóveis rurais.

Os órgãos ambientais dos Estados reivindicam, por exemplo, que o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) apresente, separadamente, os dados referentes aos desmatamentos ilegais e de áreas abertas com autorização. Atualmente, não existe essa diferenciação na divulgação dos dados.

A secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso e presidente da Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente (Abema), Mauren Lazzaretti, destacou, durante a reunião, que a diferenciação é consenso entre todos os Estados. "Existem algumas questões na proposta que ainda podem ser aprimoradas. Por se tratar de um tema técnico, a nossa sugestão é de que nos próximos 45 dias nós possamos fazer uma reunião entre todos os entes para tratarmos desses aspectos mais operacionais", sugeriu a secretária.

> ***ALGUMAS QUESTÕES NA PROPOSTA QUE AINDA PODEM SER APRIMORADAS***

Segundo Mauren, um dos pontos que precisa ser aprimorado diz respeito à fase de transição. "Até a vigência da resolução, nós teremos tarefas operacionais a serem realizadas para assegurar a sua efetividade. A ausência de clareza na fase de transição pode nos trazer embaraços no dia a dia", observou.

A proposta, que já passou pela análise da Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial do Conama, foi submetida na quarta-feira à análise em plenário. Devido a um pedido de vista, o assunto deve retomar à pauta do Conselho Consultivo e Deliberativo em reunião extraordinária que deve ocorrer em agosto.